



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
1ª Câmara de Direito Público

ATA DASESSÃO DE JULGAMENTO
Sessão PRESENCIAL da 1ª Câmara de Direito Público de 04/12/2025

No dia 04/12/2025 reuniu-se, em Sessão Ordinária, a(o) 1ª Câmara de Direito Público, sob a presidência do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). DIOCLECIO SOUSA DA SILVA. Presentes os Excelentíssimos(as) Senhores(as) Desembargadores(as): ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA, HILO DE ALMEIDA SOUSA. Acompanhou a sessão, o(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Procurador(a) de Justiça, CLEANDRO ALVES DE MOURA, comigo, ELISA PEREIRA LEAL, Secretária da Sessão, foi aberta a Sessão, com as formalidades legais.

JULGADOS:

Ordem: 1

Processo nº 0802005-94.2023.8.18.0028

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Polo ativo: REBECCA KAROLLINE ASSUNCAO LIMA FONTINELE (APELANTE)

Polo passivo: MUNICIPIO DE FLORIANO (APELADO)

Relator: HILO DE ALMEIDA SOUSA.

Decisão: por unanimidade, , conhecer da apelação, mas negar-lhe provimento, mantendo a sentença em sua integralidade. Majorar os honorários advocatícios em 5% sobre o valor da causa, nos termos do §11 do art. 85 do CPC, observando-se a suspensão de sua exigibilidade em razão da concessão da justiça gratuita..

Ordem: 2

Processo nº 0750521-90.2024.8.18.0000

Classe: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

Polo ativo: WALDINAR SAMPAIO SOARES (IMPETRANTE)

Polo passivo: ESTADO DO PIAUI (IMPETRADO) e outros

Relator: HILO DE ALMEIDA SOUSA.

Decisão: por unanimidade, votam pela concessão da segurança pleiteada, determinando que os impetrados se abstenham de praticar qualquer ato que possa gerar prejuízo ao Impetrante, para evitar eventual suspensão de pagamento de remuneração. Bem como para reconhecer a ocorrência da decadência administrativa, a fim de assegurar a manutenção do impetrante nos cargos públicos, enquanto houver compatibilidade de horários. Devendo, ainda, ser analisado e deferido o benefício da aposentadoria, de acordo com o preenchimento dos requisitos para sua concessão. Sem honorários, nos termos do art. 25 da Lei nº 12.016/09. Ente público isento de custas..

Ordem: 3

Processo nº 0758733-03.2024.8.18.0000

Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)

Polo ativo: GLEUCIO EDUARDO DA SILVA (AGRAVANTE)

Polo passivo: ESTADO DO PIAUI (AGRAVADO) e outros

Relator: HILO DE ALMEIDA SOUSA.

Decisão: por unanimidade, conhecer do presente recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos..

Ordem: 4

Processo nº 0000133-49.2015.8.18.0031

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Polo ativo: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI (REPRESENTANTE) e outros



Polo passivo: FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA DE MORAIS (APELADO) e outros

Relator: ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA.

Decisão: por unanimidade, em consonância com o Ministério Público Superior, VOTAM pelo IMPROVIMENTO do RECURSO DE APELAÇÃO, para manter a sentença atacada em todos os seus termos..

Ordem: 5

Processo nº 0814834-72.2017.8.18.0140

Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)

Polo ativo: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI (APELANTE) e outros

Polo passivo: TADEU MARTINS FERREIRA (APELADO) e outros

Relator: ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA.

Decisão: por unanimidade, VOTAM pela reforma do acórdão, de modo a NEGAR PROVIMENTO à Apelação Cível interposta, mantendo a condenação da parte requerida ao pagamento dos honorários sucumbenciais, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 3º, inciso I, do Código de Processo Civil, quantia esta que deverá ser revertida ao Fundo de Modernização e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Piauí. Devolvam-se os autos ao Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Tribunal de Justiça para as providências legais..

Ordem: 6

Processo nº 0800075-81.2019.8.18.0060

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Polo ativo: MARIA DOS MILAGRES DE SOUSA (APELANTE) e outros

Polo passivo: MUNICIPIO DE MADEIRO (APELADO) e outros

Relator: ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA.

Decisão: por unanimidade, CONHECER do recurso de Apelação Cível interposto por MARIA DOS MILAGRES DE SOUSA, e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se incólume a sentença de primeiro grau em seus fundamentos, exceto quanto aos juros de mora. Por conseguinte, reformar a sentença apenas para determinar que os juros de mora incidentes sobre o valor da condenação sigam os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.. Condenar a Apelante ao pagamento de honorários advocatícios recursais, que arbitro em 2% (dois por cento) sobre o valor da condenação fixada em primeiro grau, a ser somado aos honorários já fixados na sentença, totalizando 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação. A exigibilidade da referida verba fica suspensa em razão da concessão da Justiça Gratuita, na forma do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil..

Ordem: 7

Processo nº 0800517-92.2020.8.18.0066

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)

Polo ativo: MARIA RITA DA SILVA FIALHO (APELANTE)

Polo passivo: ESTADO DO PIAUI (APELADO) e outros

Relator: ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA.

Decisão: por unanimidade, VOTAR pelo PROVIMENTO do Recurso de Apelação, no sentido de ANULAR a sentença recorrida, afastando-se a prescrição, e, no MÉRITO, dar-lhe PARCIAL PROVIMENTO, apenas para determinar que o Estado do Piauí indenize a autora no valor de um salário-mínimo por ano não cadastrado, respeitado o prazo de prescrição quinquenal..

Ordem: 8

Processo nº 0800083-14.2020.8.18.0031

Classe: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199)

Polo ativo: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. (JUIZO RECORRENTE)

Polo passivo: MUNICIPIO DE PARNAIBA (RECORRIDO)

Relator: ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA.

Decisão: Por unanimidade, em consonância com a legislação e a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal de Justiça e dos Tribunais Superiores, votam pelo CONHECIMENTO DA REMESSA NECESSÁRIA e NEGA-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba/PI (ID 4790311), que declarou a inexistência da relação jurídico-tributária e condenou o MUNICÍPIO DE PARNAÍBA à repetição do indébito tributário, com juros e correção monetária, e ao pagamento de honorários advocatícios..



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ - TJPI
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - STIC
ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO



Ordem: 9

Processo nº 0802405-73.2017.8.18.0140

Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)

Polo ativo: ESTADO DO PIAUI (APELANTE) e outros

Polo passivo: J. F. DIAS LTDA (APELADO)

Relator: HILO DE ALMEIDA SOUSA.

Decisão: por unanimidade. CONHECER e NEGAR PROVIMENTO aos recursos de apelação interpostos pelo ESTADO DO PIAUÍ e pela EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A - EMGERPI, mantendo-se integralmente a sentença recorrida. Considerando o improvimento dos recursos, majora-se os honorários advocatícios devidos pelos apelantes ao apelado para o valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §11, do CPC e entendimento do STJ..

4 de dezembro de 2025.
ELISA PEREIRA LEAL DE OLIVEIRA
Secretária da Sessão